

## **VESTIBULAR: UM ERRO QUE A HISTÓRIA PRECISA CORRIGIR**

**Antônio Álvares da Silva**

Professor titular da Faculdade de Direito da UFMG

Infelizmente, em nenhum lugar do mundo, a Universidade tem vagas para todos os que nela desejam entrar. Como qualquer bem oferecido em quantidade menor do que a procura, temos que estabelecer um critério para sua justa distribuição. Daí a instituição de métodos seletivos para escolher os mais capazes, que variam de país para país, segundo a filosofia educacional de cada um.

No Brasil, criou-se o vestibular, ou seja, um exame prévio para ingresso na Universidade, independente da formação anterior do candidato. O exame é obrigatório para todos e, através dele, elimina-se o excesso.

O vestibular, ao longo destes anos, vem cumprindo este papel seletivo, mas nunca foi um procedimento ideal. Serve-se, predominantemente, da chamada "múltipla escolha", que exige um esforço mais de memória do que de raciocínio. Como a resposta tem que ser precisa, a questão há de ser formulada sobre fatos incontroversos. Ora, isto raramente existe em ciência, que se compõe de conteúdos nem sempre pacíficos, cuja escolha depende de ponderações e justificativas. Respostas com cruzinhas são limitativas, precárias e sem profundidade.

Cada Universidade tem seu vestibular, com validade restrita em si. Isto limita o universo do aluno, que poderia ser aprovado em outra instituição de ensino, com menos concorrência, se o concurso tivesse validade ampla.

O ensino médio fica sacrificado, pois se "especializa" em vestibular, assim como o ensino universitário está se especializando em concursos. Estuda-se pensando no exame para juiz, promotor, advogado do Estado, e não com os olhos voltados para o aprendizado jurídico metódico e sério, que paira muito além das perguntas de múltipla escolha.

O aluno joga numa única prova seu futuro. Há tensão e expectativa familiar. O fantasma da reprovação está em toda parte. Como se pode esperar um desempenho sereno e efetivo numa situação estressante como esta?

Melhor seria que o ingresso na Universidade dependesse da média das notas na formação de primeiro e segundo graus. O aluno já saberia previamente que de seu desempenho depende um lugar na Universidade. Por isto, submete-se a um aprendizado longo e demorado, mas consciente de que no futuro ele o beneficiará.

Assim evitaríamos as apreensões e correrias do vestibular. O ingresso na Universidade se daria através de uma fórmula proporcional entre as vagas existentes e a nota dos candidatos obtida no ensino médio. Nada mais racional e razoável.

Há, ainda, a alternativa de um exame nacional como o Enem, que habilitaria o aluno a escolher a Universidade que quisesse, segundo a média obtida. O inconveniente deste método é que, a exemplo do vestibular, constitui-se de uma prova única, embora de âmbito nacional, pela qual se julga o candidato de uma só vez, ao passo que a média obtida nos ensinos de primeiro e segundo graus é uma seqüência que dá ao aluno várias e seguidas oportunidades.

É verdade que, em qualquer dos métodos, há a possibilidade de erro e deformações. Os ricos terão sempre vantagem, como acontece em tudo na sociedade capitalista, em que não se conseguiu ainda uma justa distribuição dos bens e vantagens sociais. Os filhos dos mais abastados frequentam sempre os melhores colégios, compram livros em maior quantidade, aprendem línguas no estrangeiro, contratam professores particulares. Por isto sempre terão chance de serem aprovados em qualquer tipo de exame. Não há a propalada igualdade nos concursos públicos como retoricamente se costuma afirmar. Quem tiver meios de sustento que lhe permita dedicar-se somente aos estudos terá mais chance de aprovação.

Resta então a esperança de que o ensino público e gratuito se aperfeiçoe no Brasil, com salário digno para professores, submetidos a uma formação científica sólida, de modo a propiciar uma formação completa e ampla ao jovem, durante o primeiro e o segundo graus<sup>1</sup>.

Esta afirmativa vale também para o professor universitário, que deveria prestar serviço somente em regime de dedicação exclusiva, ter a titulação de mestre ou doutor, sólida formação científica e receber salário condizente com sua importante função social.

Este conjunto de fatores é plenamente realizável. Basta que olhemos com seriedade o ensino público em todos os níveis e valorizemos o conhecimento como instrumento de melhoria do homem e das sociedades em que vive<sup>2</sup>.

Como se vê, o vestibular não é um fato isolado, mas situa-se no conjunto das instituições de grau inferior e universitário. Para substituí-lo com êxito, devemos fazer uma reforma geral do ensino. Só assim nos livraremos das cruzinhas, colocando em seu lugar raciocínio profundo, sério e conhecimento verdadeiro.

---

<sup>1</sup> Conforme seu aproveitamento, receberá um lugar na Universidade.

<sup>2</sup> O acesso à Universidade será uma consequência natural deste processo.